

Perguntas a...

Carga fiscal é de uma “violência extrema”

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO
 fcardoso@dnoticias.pt

Perante o tema da Conferência, que a OTOC organiza na sexta-feira, que versa “A Política Fiscal na Região”, o que esperam que resulte deste debate que envolve os futuros decisores políticos da Madeira? O espírito é repetir na Região Autónoma aquilo que já fizemos no Continente. Ou seja, atendendo a que os técnicos oficiais de contas são profissionais que lidam com a fiscalidade das empresas e, porquanto, têm muita responsabilidade, inclusive na arrecadação dos impostos, a ideia será tentar conhecer antecipadamente qual a ideia que os políticos têm, o que farão na Madeira no âmbito da fiscalidade. Naturalmente queremos saber que ideias e que concepções têm do funcionamento da fiscalidade na Região, daí chamarmos para esta conferência não só os que, eventualmente, terão mais probabilidade de ganhar as eleições de 29 de Março, mas sim todo o espectro de representação no parlamento. É um tema que tem uma influência muito mais acentuada na vida das pessoas do que tinha há bem pouco tempo e, por ser uma conferência pública, estará aberta à participação dos cidadãos, que já pagam muitos impostos e não podem direccionar esse dinheiro para outras áreas como o lazer e o bem-estar.



DOMINGUES DE AZEVEDO

Profissão: Técnico Oficial de Conta

Função: Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC)

Nos últimos três anos, com o PAEF para a Madeira, a carga fiscal acabou por determinar aquilo que muitos denominam de “dupla austeridade” ou “garrote financeiro”. Qual a vossa posição sobre o tema? Independentemente do nome que lhe possam chamar, a verdade é que a

fiscalidade hoje condiciona de forma completamente diferente e em muito maior profundidade a vida das pessoas do que acontecia antes de 2011. E, infelizmente, não é apenas no peso que os impostos têm. É interessante termos consciência que o IRS, por exemplo, que é um

imposto personalizado aos cidadãos, às famílias, tem-se aproximado nos últimos tempos, dado o abuso a que se chegou, do antes do 25 de Abril de 1974. Ou seja, o rendimento do trabalho é hoje mais penalizado, quando o que marcou o pós-25 de Abril foi a tentativa de maior equidade fiscal. Algo que foi preterido, quando vemos os rendimentos de outras proveniências, como as isenções fiscais às empresas que custam centenas de milhões, a não serem tão violentos e solicitados a cumprir com o equilíbrio das contas públicas do País. E essa carga fiscal de uma violência extrema, que também se expressa na forma burocrática como se marca a vida das pessoas e das empresas, que devemos começar a repensar, mesmo porque na Madeira teve especial relevo esse impacto que destruiu a classe média.

Qual a vossa posição sobre a desejada maior Autonomia Fiscal da Madeira? Nunca tive dúvidas sobre esse assunto. Não me violenta que seja dada maior autonomia fiscal às regiões autónomas, embora a fiscalidade seja primeiro a manifestação da autoridade. Penso que, para a protecção dos cidadãos das regiões autónomas, deve haver um limite ou situações extremas em que o Estado central possa intervir sempre que se provoquem distorções significativas entre os residentes do Continente e os das regiões autónomas.